

Artigo

Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza

Lucas Ramos de Matos

265

Resumo

O momento histórico-civilizador que ora vivemos impõe novos sentidos à crise do capitalismo enquanto crise sistêmica. Cientistas de vários lugares do planeta alertam para a constituição das chamadas sociedades complexas, em que, à medida que os recursos da Terra vão minguando, de um lado, o colapso vai se encaminhando cada vez mais para uma condição real e imediata, do outro. Neste sentido, dos movimentos populares aos movimentos de extrema-direita, emerge uma série de reivindicações teórico-políticas e sociais de resolução da crise ambiental, cada qual com a sua própria ecologia. Sem medo de apontar para a lógica social do colapso, isso significa que estamos em tempos decisivos. Como parte de uma discussão que visa a contribuir com as abordagens sobre o processo de ecologização das lutas sociais contemporâneas, este artigo analisa os conceitos de metabolismo social e acumulação primitiva, destacando as contribuições teóricas que reúnem esforços para encontrar um percurso na obra de Marx, reforçando os nexos entre marxismo e ecologia. Em primeiro lugar, faz-se uma abordagem complementar aos debates da acumulação primitiva e da ruptura metabólica, enquanto conceitos indissociáveis e contínuos configurados nos processos contemporâneos de rapinagem da natureza. Em seguida, baseado nos diálogos interdisciplinares e horizontais de conhecimentos, faz-se uma abordagem teórico-ensaística, evidenciando as pautas de resistência camponesa na *práxis* dos movimentos sociais de luta pela terra, por território e por *reapropriação social da natureza*, que se mostra como alternativa real à crise ambiental provocada no seio da exploração capitalista da natureza.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; Ruptura metabólica; Ecologização das lutas sociais; Reapropriação social da natureza.

Political Ecology and contemporary social movements: Social reappropriation of land, territories and nature

Abstract

The historical-civilizing moment we are now experiencing imposes new meanings on the crisis of capitalism as a systemic crisis. Scientists from various parts of the planet warn of the formation of so-called complex societies, in which, as the Earth's resources dwindle, on the one hand, the collapse is increasingly moving towards a real and immediate condition, on the other. In this sense, from popular movements to extreme right-wing ones, a series of theoretical-political and social claims to overcome the environmental crisis emerge – each one with its own ecology. Without fear of pointing to the social logic of the collapse, it means that we are in decisive times. As part of a discussion that aims to contribute to approaches on the process of greening contemporary social struggles, this paper analyzes the concepts of social metabolism and primitive accumulation, highlighting the theoretical contributions that combine efforts to find a coherent path in Marx's work, reinforcing the links between Marxism and ecology. Firstly, a complementary approach is taken to debates on primitive accumulation and metabolic rupture, as inseparable and continuous concepts related to contemporary processes of preying on nature. Then, based on interdisciplinary and horizontal dialogues of knowledge, a theoretical-essayistic approach is developed, highlighting the guidelines of peasant resistance in the praxis of social movements fighting for land, for territory and for the *social reappropriation of nature*, which is shown as real alternative to the environmental crisis provoked within the framework of capitalist exploitation of nature.

266

Keywords: Primitive accumulation; Metabolic disruption; Greening of social struggles; Social reappropriation of nature.

Ecología Política y movimientos sociales contemporâneos: Reapropiación social de tierras, territorios y naturaleza

Resumen

El momento histórico-civilizador que ahora vivimos impone nuevos significados a la crisis del capitalismo como crisis sistémica. Científicos de diversas partes del planeta advierten sobre la formación de las llamadas sociedades complejas, en las que, a medida que los recursos de la Tierra disminuyen, por un lado, el colapso avanza cada vez más hacia una condición real e inmediata, por el otro. En este sentido, desde los movimientos populares hasta los movimientos de extrema derecha emergen una serie de reivindicaciones teórico-políticas y sociales para resolver la crisis ambiental, cada una con su propia ecología. Sin miedo a apuntar a la lógica social del derrumbe, quiere decir que estamos en tiempos decisivos. Como parte de una discusión que pretende contribuir a planteamientos sobre el proceso de ecologización de las luchas sociales contemporâneas, este artículo analiza los conceptos de metabolismo social y acumulación primitiva, destacando los aportes teóricos que aúnan esfuerzos por encontrar un camino en la obra de Marx, reforzando los vínculos entre el marxismo y la ecología. En primer lugar, se

aborda de manera complementaria los debates sobre la acumulación primitiva y la ruptura metabólica, como conceptos inseparables y continuos que se configuran en los procesos contemporáneos de depredación de la naturaleza. Luego, a partir de diálogos de saberes interdisciplinarios y horizontales, se realiza un abordaje teórico-ensayístico, destacando las pautas de la resistencia campesina en la praxis de los movimientos sociales que luchan por la tierra, por el territorio y por la reapropiación social de la naturaleza, lo que se muestra como real alternativa a la crisis ambiental provocada por la explotación capitalista de la naturaleza.

Palabras clave: Acumulación primitiva; Alteración metabólica; Reverdecimiento de las luchas sociales; Reapropiación social de la naturaleza.

Introdução

Rotulações de supostas incompatibilidades são atribuídas às correntes marxistas. Autores de diversos campos de estudo argumentam em favor de pseudoincompatibilidades entre correntes do marxismo e outros ramos das ciências. Assim como foi evidenciado em outras investigações, encontrando os nexos entre economia e cultura a partir da obra de autores como Maurice Godelier (SOUZA; TIRIBA, 2017), falsas incompatibilidades são argumentadas em desfavor do diálogo que existe entre correntes marxistas e não marxistas. Com frequência, acusações que pesam sobre supostos “determinismos”, “produtivismos”, “racionalismos” e/ou “economicismos” são encontradas na obra de autores cujo objetivo é “sepultar” o marxismo, ou, pelo menos, considerá-lo como subversivo (KOHLE; NEGRÃO, 2018). Outros vão além e rotulam os marxistas – de modo geral – ora como “eurocêntricos”, “machistas” ou “racistas”, ora como “antiecológicos”, desprezando, por exemplo, as contribuições nas categorias anticolonialistas, anti-imperialistas, ecofeministas, ecomarxistas etc.

Entretanto, para nós – no sentido kantiano –, tais argumentações apresentam debilidades em sua forma-conteúdo e não estão muito longe das argumentações metafísicas dos reacionários, de que “os extremos são iguais”. O marxismo é composto por abordagens que envolvem aspectos materiais e simbólicos, capitalistas e não capitalistas, tais como cultura, modos de vida, comportamentos, ideologias,

metabolismo social, por exemplo. Outro recurso importante para encontrar os nexos entre marxismo e outros campos de estudo está no próprio pensamento crítico enquanto método científico: o materialismo histórico-dialético, por exemplo, além de explicitar o contraditório, tem como elementos determinantes as condições reais de produção e a reprodução da vida material e simbólica. Por isso, entendemos que o materialismo considera o caráter material e simbólico de produção e reprodução da vida social imediata e as relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura. Outra questão é que os rótulos e as acusações de determinismos e reducionismos quanto a questões econômicas, sociais, culturais e ecológicas são frutos de abordagens individualistas daqueles que querem “sufocar” as correntes marxistas por não encontrar chaves de interpretação capazes de reestruturar o marxismo para além do próprio Marx. Há, no entanto, aqueles que reúnem esforços para encontrar um percurso na obra de um “Marx tardio” – Theodor Shanin, John B. Foster, Jason Moore, Enrique Leff, por exemplo.

Embora não seja hegemônico na ecologia, há outra rotulação que pesa sobre o marxismo e que, de modo amplo, se ampara na acusação geral de que os marxistas reduziram o percurso histórico da humanidade a simples determinações econômicas, em que Marx é acusado de ser um autor antiecológico, e que os marxistas não considerariam a dimensão ecológica integrada à crítica ao capitalismo. O suposto caráter reducionista-economicista deu suporte para que certos ramos da ecologia acusassem Marx de ter negado os limites de exploração capitalista da natureza e seus processos correspondentes. Entre os neomarxistas, tal acusação é positivista e segue à risca os fundamentos dos estudos neofuncionalistas (que não reconhecem o homem como parte dos ecossistemas) e que, portanto, ecologia e marxismo são campos necessariamente compatíveis, que não divergem entre si.

Para explicitar o debate sobre os nexos entre marxismo e ecologia, amparado no materialismo histórico-dialético, revisamos os conceitos de *metabolismo social* e *acumulação primitiva* em Marx, destacando as contribuições de John Bellamy Foster e Jason Moore – que são considerados importantes contribuintes da ecologia marxista –,

além das contribuições de Enrique Leff e Carlos Walter Porto-Gonçalves – expoentes da Ecologia Política na América Latina; e de autores que se dedicam a reestruturar o marxismo a partir de conceitos fundamentais da obra de Marx, em especial as abordagens da acumulação primitiva e da ruptura metabólica do capital sobre os recursos naturais. Sem a pretensão de realizar horóscopos previsíveis para o futuro da humanidade e do meio ambiente, exporemos alternativas reais de enfrentamento da crise ambiental provocada no seio da exploração capitalista da natureza que – para nós – está nos processos de ecologização das lutas sociais contemporâneas, que se mostram nas pautas e nas ações locais e concretas dos movimentos sociais de luta pela terra, por território e por *reapropriação social da natureza*, seja através das vertentes agroecológicas e do giro ecofeminista, seja na resistência e no enfrentamento aos grupos rapineiros dos recursos naturais que exercem os métodos de expropriação/cercamentos, como vem ocorrendo na Amazônia. Destacamos a emergência dos conceitos fundamentais da obra de Marx como complementação crítica às abordagens da Ecologia Política sobre atualidade das condições materiais contemporâneas de lutas sociais de enfrentamento da acumulação primitiva do capital sobre a natureza e a sua ruptura metabólica indissociável.

1. O nexso marxismo/Ecologia Política: Um percurso a partir (para além) de Marx

No livro I de *O Capital*, Marx sugere uma reinterpretação da acumulação primitiva que, sob crítica, trata do processo histórico que funda a gênese do capitalismo. Os imperativos da acumulação primitiva em Marx se nutrem da separação entre os que produzem e os meios de produção. Esse processo é operado, segundo Marx, através dos métodos “idílicos” de cercamentos e expropriação da base fundiária, do roubo, da fraude, da dívida por servidão; da violência brutal. “Ele aparece como “primitivo”, porque

constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p. 340). Desde então, uma série de teses surgem entre aqueles que defendem a continuidade desses processos, sendo um importante braço do capitalismo, e aqueles que saem em defesa de uma acumulação primitiva como um fato do passado.

Embora não seja até então uma tendência entre os marxistas ecológicos, certas correntes do marxismo defendem que o processo de acumulação primitiva, que por sua vez marcou a gênese em que se funda o capitalismo após o fim do modo feudal, não desapareceu ao longo da história, sendo que os imperativos desta são um processo presente.

A partir da obra de autores como Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e David Harvey, visando a encontrar chaves que procuram reestruturar a obra de Marx – a partir e para além do próprio Marx –, o tema da acumulação primitiva é encontrado em investigações de autores que argumentam sua continuidade na sociedade contemporânea (LENCIONI, 2012; DE ANGELIS, 2012; PERELMAN, 2012; BONEFELD, 2012; ALLIEZ; LAZZARATO, 2020), nos processos que vão da rapinagem no entorno dos recursos naturais (GALAFASSI, 2012; TAGLIAVINI; SABBATELLA, 2012; COMPOSTO, 2012; GRIGERA; ÁLVARES, 2013; EGGER, et al., 2021), dos métodos “idílicos” de expropriação/cercamentos da base fundiária da terra (LEVIEN, 2014; COLLECTIVE, 2012), da violência jurídica (GONÇALVES, 2017), à dimensão simbólica/ideológica do capital (RIBEIRO, 2006; BACKHOUSE, 2018), ao território e no espaço-tempo do capital (GODOY, 2018). Como se vê, a acumulação primitiva está espalhada por todos os lugares em que o capital impõe seus tentáculos sobre todas as riquezas do planeta.

A acumulação primitiva é um processo que tem se configurado pela rapinagem capitalista sobre os recursos naturais. Atividades rapineiras, como a etnobiopirataria, o roubo de terras públicas, a invasão de Áreas Protegidas e de territórios comunitários, a destruição de ecossistemas (como ocorre na Amazônia) etc., configuram a acumulação primitiva do capital sobre a natureza. A acumulação primitiva manifestada nos métodos “idílicos” de expropriação, cercamentos, expulsões e toda forma de violência brutal

praticada por grupos rapineiros sobre as riquezas da Terra constitui processos contemporâneos de um novo período de hegemonia, em que a exploração do homem não pode ser dissociada da exploração da natureza.

Indissociável a isso, a natureza dessa abordagem nos leva também ao que Marx identificou em sua “fenda irreparável no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida”, ao analisar as consequências do uso racionalizado do solo da agricultura capitalista nos ciclos naturais e no processo que hoje reconhecemos como a separação do homem com a natureza, ou ruptura metabólica que, para além de uma simples crítica ecológica, é um esforço teórico-político para superar a acusação que pesa sobre Marx de ser antiecológico, ao privilegiar o desenvolvimento das forças produtivas e negar tanto a natureza em sua teoria do valor quanto o lado negativo do desenvolvimento científico e tecnológico.

Este percurso teórico se ampara nas abordagens sobre “metabolismo social” ou “metabolismo universal da natureza”. Em Marx, o conceito de metabolismo social refere-se, em primeiro lugar, às relações sociais de trocas de materiais. O que os autores neomarxistas observam – notadamente John B. Foster e Paul Burkett – é que a contribuição ecológica mais apontada de Marx, entretanto, encontra-se em sua tese de “fenda irreparável no contexto do metabolismo social”. Nesta mesma ocasião, em *O capital* III, Marx examina a perda de nutrientes a partir do uso racionalizado do solo pelas práticas de agricultura capitalista. Inicialmente, a ideia de ruptura estaria associada à interferência nos processos ecológicos naturais a partir dos métodos capitalistas de exploração do solo para a agricultura, seguidos de exaustão do solo para a garantia de maiores lucros em menos tempo, da natureza. No capítulo 47, do terceiro volume, por exemplo, Marx se dedica à crítica da Economia Política à gênese do aluguel capitalista da terra e alerta para um esgotamento da vitalidade do solo. Marx sinalizou uma “fenda irreparável” anunciada no seio da exploração capitalista da terra, a partir da quebra dos ciclos naturais nas relações que ele chama de cultivo agrícola racional do solo.

Na verdade, para analisarmos de modo específico, como afirma o próprio Marx:

A pequena propriedade pressupõe que a de longe preponderante maioria da população é rural e que predomina não o trabalho social, mas o trabalho isolado; que, por isso, a riqueza e o desenvolvimento da reprodução, em suas condições tanto materiais quanto espirituais, estão excluídos sob tais circunstâncias e, por conseguinte, também as condições de um cultivo racional. Por outro lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoadas em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (Marx, 1986, p. 266).

Ou seja, causa uma ruptura nas relações que ligam o homem à Terra, através do que ele chama de cultivo racional. Em outras palavras: nos modos de produção e reprodução da vida material e simbólica e sua relação com a natureza. Essa ruptura no metabolismo social, inicialmente, estaria associada ao que Marx chamou de “fenda irreparável no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida”, intrínseca a uma relação metabólica natural do homem com a natureza. A “fenda metabólica” iniciada por Marx e, posteriormente, elaborada mais a fundo por Foster, está associada, portanto, à interferência capitalista nos ciclos metabólicos naturais fechados. Marx, fazendo uma distinção entre modos de cultivar o solo (capitalista e não capitalista), analisa também, neste mesmo caminho, os impactos da agricultura capitalista que transcendem a exploração do trabalho humano com respaldo no esgotamento do que ele chama de “força natural da terra”. Isso acarretaria, além do “esgotamento da terra”, – a perda de nutrientes – novas táticas capitalistas de acumulação primitiva dos recursos naturais.

Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por

sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para esgotamento da terra (MARX, 1986, p. 266).

A partir do livro III de *O capital*, é possível encontrar elementos mais claros de que Marx fundamenta sua contribuição a uma crítica ecológica. John B. Foster, visando ao adensamento da discussão sobre “fenda metabólica” de Marx, sugere uma *teoria marxista da ruptura metabólica*, que atua como parte da teoria ecológica marxista e visa a fornecer elementos teóricos para um debate crítico sobre os problemas ambientais da atualidade, integrando, de um lado, a corrente teórico-política do marxismo e a sua contribuição à crítica ao capitalismo, com, de outro lado, a necessidade de considerar os problemas ecológicos e os limites da natureza.

A *teoria marxista da ruptura metabólica* (*Marx's theory of metabolic rift*) foi proposta inicialmente por Foster em 1999, a partir dos conceitos de metabolismo social e metabolismo universal da natureza, em Marx. Foster publica sua primeira versão da teoria de Marx da “fenda metabólica” em um artigo na referida revista *American Journal of Sociology*, que mais tarde se aprofunda com mais detalhes a partir da publicação de “*A ecologia de Marx*” (*Marx's Ecology*), em que Foster examina as principais dimensões reais do pensamento ecológico marxista a partir de elementos que Marx fornece ao analisar o uso mercantilizado da terra, a partir dos problemas de fertilidade do solo causados pela agricultura capitalista.

Além de Foster, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves – um dos principais expoentes da Ecologia Política na América Latina – tem sido um importante teórico contribuinte ao adensamento às abordagens da ruptura metabólica (PORTO-GONÇALVES, 2016; 2020). Ainda que não se refira à escola da ruptura metabólica de Foster, bem como à sua origem no conceito de metabolismo social em Marx, é possível encontrar importantes contribuições aos debates do ecomarxismo na trajetória do autêntico intelectual: por exemplo, quando lembra que “a industrialização da agricultura implica a ampliação da ruptura metabólica com a imposição do tempo da indústria submetido pelo tempo da concorrência entre os capitais para aumentar seus lucros”

(PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 99). Outra observação importante do autor está na relação em que o processo chamado de “urbano-industrialização do mundo rural promove o aumento de sem-terras e da população urbana e, assim, amplifica a ruptura metabólica e acelera o colapso ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 106). Defensor do conceito de Capitaloceno, para o autor, a ruptura metabólica se relaciona diretamente à concentração da propriedade fundiária da terra e toda riqueza natural que a acompanha. De igual forma, o caminho de sua superação está nas lutas sociais pela terra, por território e por *reapropriação social da natureza* (PORTO-GONÇALVES, 2016; 2020):

Si por un lado la ruptura metabólica se firmó con la separación y atomización/individualización de los hombres y mujeres de las demás condiciones materiales de creación/producción/reproducción de la vida, por otro lado, es la reapropiación social de la naturaleza (Enrique Leff) la que exige que la lucha por la tierra sea, también, la lucha por la Tierra (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 310).

Na verdade, o estilo original das abordagens do autor do conceito de ruptura metabólica é próprio de intelectuais alinhados à crítica ao mundo capitalista moderno-colonial patriarcal e à defesa de epistemologias próprias para interpretar o caráter plural dos povos e comunidades diversos, assim como as lutas pela natureza, a característica própria dos sistemas políticos, os processos de reorganização produtivista e as rupturas na América Latina.

Como se vê, ruptura metabólica é uma abordagem importante para as discussões do capitalismo contemporâneo. É um processo que impõe padrões comportamentais contrários aos ciclos naturais, rompendo os laços de ligação do homem com a natureza. Para além da simples dimensão econômica, o capitalismo é um regime cultural e civilizador fragmentador das espacialidades humanas, porque destrói coerências endógenas, modos de vidas, comportamentos humanos e sociais prescritos pelas leis naturais da vida. Não é exagero também refletir sobre o conceito de ruptura metabólica como um aspecto contemporâneo da alienação em Marx. A alienação das questões ecológicas, por exemplo, tem sido tão alarmante que é preciso recorrer aos artistas

(inter)nacionais (que pouco entendem a profundidade e a gravidade dessas questões) para mobilizar uma questão local. Isso demonstra, também, o fato de que a maioria das correntes ambientalistas atuais mobilizadoras de questões ambientais ainda continuam, de alguma forma, amarradas ao caráter burguês do discurso neoliberal ambiental. A ruptura metabólica se impõe progressivamente à falsa pretensão de que estamos fora dos ciclos naturais da vida na Terra.

Para dar um exemplo, longe de pretender entrar na teoria adorniana da indústria cultural, o filme “Não olhe para cima” (*Don’t Look Up*) retrata exatamente o caráter burguês do ambientalismo hegemônico, ao passo que, ao mesmo tempo em que questiona o negacionismo climático e científico, também defende a ideologia burguesa de que seria mais fácil o planeta colapsar do que o capitalismo ser superado; portanto, não haveria solução para os problemas da humanidade fora do capitalismo. Trata-se, outra vez, do mesmo problema de debilidades entre forma e conteúdo.

Não obstante, é necessário lembrar que os modelos interpretativos dominantes, baseados em respostas simplistas de questões sobre o “Sistema Terra”, sempre estiveram a cargo de um nexo de saber-poder para impor positivismo científico e hegemonias de classes. Foi assim que, na Idade Média, a Inquisição mobilizou a Igreja Católica para a perseguição da livre investigação de questões sobre a Natureza. Figuras importantes nas descobertas da Terra, se, de um lado, realizaram grandes feitos para a humanidade; de outro, em grande parte foram submetidos a questionamentos que variavam da prisão ao cepo de decapitação, à forca ou à fogueira, por não abdicarem de uma visão simplista e totalitária de mundo. Os negacionismos climático e científico são questões que pesam na ampliação da ruptura metabólica, porque carregam consigo um feixe de questões de senso comum que se impõem popularmente sobre o que já foi superado há séculos, por cientistas independentes das teorias do “Sistema Terra”, distanciando o homem cada vez mais da natureza.

Esta abordagem pode ser, de certa forma, inserida nos debates dos processos atuais de exploração da natureza anunciados na “Era do capital”: o Capitaloceno, embora

a escola da ruptura metabólica de Foster explicita simpatia ao conceito de Antropoceno que, de modo geral – como afirmam os defensores da ecologia-mundo proposta por Jason Moore –, delega ao homem a instabilidade biosférica, ao passo que oculta – na mesma ocasião – uma série de significados da exploração capitalista sobre a natureza. Outras críticas às abordagens da ruptura metabólica remetem à falta de elementos da realidade empírica da própria teoria.

Apesar de inúmeros diálogos críticos de autores neomarxistas – notadamente Jason Moore e seus seguidores –, o conceito de ruptura metabólica vem sendo reestruturado, uma vez que assume importância no debate ecológico crítico, encontra um percurso em Marx, responde rotulações de supostos produtivismos e economicismos e observa a interferência da economia capitalista sobre a natureza. Assim, o conceito de ruptura metabólica assume importância para o adensamento das abordagens do ecomarxismo, porque remonta ao desafio da ecologia crítica de integrar sujeitos de lutas sociais como parte dos ecossistemas e analisar suas relações/interações e efeitos no contexto do mundo da exploração capitalista da natureza: uma alternativa de *práxis* social e ecológica.

De modo geral, os debates da ruptura metabólica – indissociável da acumulação primitiva do capital sobre a natureza, de certa forma – reconhecem a relação humana (enquanto espécie) com os ciclos naturais da vida no planeta e inserem a crítica da degradação da natureza à crítica ao capital (NAVARRO; MACHADO ARÁOZ, 2020; MOORE, 2022). Como escreve o próprio Moore, “una era histórica formada por unas relaciones que privilegian la acumulación interminable de capital?” (MOORE, 2013, p. 10). O conceito de ruptura metabólica propõe resolver o problema cartesiano em que o homem, enquanto espécie, não é parte integrada à natureza. Embora os diálogos críticos entre a escola da ruptura metabólica de Foster e os seguidores da ecologia-mundo de Moore apontem dissonâncias (LUEDY; VAN DER LAAN, 2020), para nós, o “grande desafio” dos ecologistas críticos estará em encontrar chaves de reestruturação entre a ruptura metabólica e a ecologia-mundo que visem a contribuir para o adensamento do

paradigma do Capitaloceno – que nos parece o conceito mais adequado –, porque ambas expõem a acumulação primitiva do capital sobre a natureza.

2. Ecologização das lutas sociais contemporâneas: Movimentos pela reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza

Anos depois da publicação de *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962), quando o debate ecológico ganha dimensões políticas e sociais, Edgar Morin faz uma reflexão profunda a respeito do suposto “estado de ignorância” quando publica a importante obra “*Ciência com consciência*” (MORIN, 1982). O autor trata essa questão através da *ecologia da ação*, que é onde o cientista partilha sua cegueira com os outros cidadãos. A “ecologia da ação”, por sua vez, é o caminho que pressupõe o acesso ao pensamento complexo, ou o contrário, ou seja, mesmo se o cientista tem sua consciência dotada de sensibilidade social e humana, sua ação pode ser desvinculada para o encontro de interesses políticos e econômicos. Ainda nessa premissa, é necessário um pensamento capaz de enfrentar a complexidade do real, permitindo, ao mesmo tempo, à ciência refletir sobre ela mesma, sendo uma condição fundamental da prática acadêmica nas sociedades.

Nos países latino-americanos, em função da emergência dos paradigmas sociais e científicos com as questões ambientais, o debate ecológico não aparece de modo secundário, embora não se possa dizer o mesmo da esfera política. O ecologista político Enrique Leff é o mais importante exemplo do que temos argumentado sobre o diálogo entre ciências naturais e ciências sociais. Além de atuar na epistemologia ambiental, Leff é um dos grandes nomes do ecomarxismo na América Latina. Para dar um exemplo de como as rotulações anteriormente destacadas não têm respaldo em um problema real, podemos ver na própria obra de Enrique Leff como o autor se pronuncia sobre o processo de dominação da natureza abordando categorias como *civilização* e *racionalidade*

econômica capitalista, demonstrando um domínio teórico-conceitual profundo, tanto da natureza humana quanto da natureza do mundo capitalista:

A civilização judeu-cristã, com sua pretensa superioridade do homem sobre os demais seres vivos, gerou um processo de dominação da natureza através da ciência. A racionalidade capitalista se construiu em torno de uma doutrina econômica que aspira a uma cientificidade fundada numa racionalidade formal e em sua eficácia técnica, cada vez mais afastadas da subjetividade e dos valores, o que levou à superexploração de recursos e ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais (LEFF, 2015, p. 86-87).

Outra grande contribuição de Leff está em *Ecologia, capital e cultura* (LEFF, 2009), considerado um marco no pensamento crítico latino-americano, que traz uma epistemologia crítica profunda desenvolvida através da união entre ciências naturais e sociais. O próprio conceito de racionalidade desenvolvido por Leff a partir da obra de Max Weber demonstra um intenso diálogo entre a epistemologia ambiental e o pensamento crítico; pode-se ver esta postura em outros autores que também utilizaram o termo racionalidade noutros campos de estudo, como o antropólogo marxista Maurice Godelier. Portanto, longe de entrar nessa briga densa e longa, o que gastaria uma vida inteira, não há que se falar em dicotomia ou conflito entre o pensamento descolonial e pensamento crítico, uma vez que a própria epistemologia permite uma flexibilidade de escolhas. Os paradigmas atuais demonstram que a perspectiva de um só ponto de vista sobre os problemas constituídos no seio das sociedades complexas é empobrecedora da prática científica, da mesma forma que a dicotomia nos empobrece intelectualmente.

Outra importante contribuição de Leff à Ecologia Política crítica está na obra *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza* (LEFF, 2006). Para Leff, a crise ambiental é uma crise da racionalidade econômica moderna, da razão, do conhecimento, dos modelos interpretativos dominantes, conforme argumenta o ecologista político.

A problemática ambiental emerge como uma *crise de civilização*: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples

desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduzem a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da *outridade* (LEFF, 2006, p.15).

Na obra *O discurso da natureza*, o chileno Fernando Mires vai além e faz sua crítica à Economia Política e acusa de forma explícita a Economia burguesa de ocultar o significado da natureza na formação do capital (MIREN, 2012). Uma observação importantíssima da obra polêmica de Fernando Mires está na atuação medíocre das chamadas esquerdas políticas na América Latina, que seguem ainda amarradas a uma lógica econômica não mais “progressista” que as chamadas direitas conservadoras.

No Brasil, o caso do avanço do capitalismo verde, das hidrelétricas na Amazônia e a expansão do agronegócio nas regiões do Cerrado e da Amazônia nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff demonstra, além de um crescimento econômico que impossibilita a transição ecossocietária, uma democracia antiecológica, cuja ecologia foi um tema secundário, confirmando, portanto, o mérito do questionamento de Mires e sua importância na superação do pensamento ainda hegemônico na maioria dos países da América Latina. Para nós, no entanto, é necessário um pensamento ecológico político crítico e libertário que dê condições de privilegiar e emancipar o ecologismo de povos e comunidades diversos da América Latina e que, sobretudo, tenha o poder de colocar em xeque as ecologias sem política e as políticas sem ecologia do “crescimento econômico”, das chamadas esquerdas políticas às direitas políticas reacionárias, que agora têm se ampliado na chamada “virada global da extrema-direita” e sua ecologia autoritária (MATOS, 2021; 2021), acirrando, também, a acumulação primitiva da natureza e a ruptura metabólica.

Para além dos debates teórico-políticos, movimentos de diversas regiões “povoam” a Ecologia Política (PORTO-GONÇALVES, 2012). Na América Latina, os movimentos conhecidos mundialmente por construir uma luta singular a partir do paradigma da luta pela terra – a Via Campesina, por exemplo –, mais que reivindicações similares, têm escancarado, de modo extraordinário, as contradições do sistema-mundo

moderno-colonial patriarcal, do ponto de vista anticapitalista e anticolonialista, da politização da natureza ou naturalização da política, em que a terra é o ponto central da constituição da autonomia dos dois movimentos, não iguais, divergentes de forma brutal, em muitos aspectos, mas similares em muitas questões que dependem da terra para acontecer: o trabalho familiar, a organização coletiva, a crença, as formas simbólicas de apego à terra e às cosmologias, entre outros.

Nos países da América Latina e do Caribe, aparece, no decorrer do processo histórico, uma força de manifestação social, um processo extraordinário de resistências e lutas cosmopolíticas que têm se destacado na defesa dos territórios e da natureza. Essa força é marcada pela heterogeneidade sociocultural que se manifesta pelo sincretismo das cosmovisões étnicas e pelo saberes-fazeres populares, vertentes agroecológicas e ciências espirituais que se manifestam em diferentes modos de viver e de se relacionar com o meio biofísico, desencadeando a evolução e o lugar do campesinato e das comunidades diversas nos modos de produção e reprodução da vida material e simbólica, que, por sua vez, sempre existirão em um caráter evolutivo (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

280

Hoje, as propostas que dão origem aos paradigmas sugerem, obviamente, o reconhecimento dessa heterogeneidade sociocultural como categoria histórica de sujeito social em seu relacionamento biodinâmico e em fluxos de energia com seu meio biofísico, ao passo que, ao longo da história, essa diversidade tem sido marcada por ofensivas que partem da academia e dos discursos políticos hegemônicos vinculados aos interesses do capital moderno-colonial patriarcal, sobretudo por um marco de legalidade, que, no decorrer dessa trajetória, tem se ocupado em justificar os mecanismos de exploração humana, aliado à espoliação dos recursos naturais estratégicos e à privatização daquilo que é público.

A crise ambiental que ora vivemos demonstrou o mito da racionalidade econômica moderna e a ideologia do “desenvolvimento sustentável” como nexos de dominação/exploração dos países da América Latina e do Caribe, ricos em recursos naturais, destacando os paradigmas dos movimentos sociais/ecologistas e das

comunidades diversas (detentoras de saberes milenares e acervos genéticos), e suas pautas de resistências na defesa dos territórios comunitários e da natureza. Não se pode justificar a exploração humana e da natureza como preço para garantia da economia global. Já é sabido que a sustentabilidade da vida no planeta deve transcender a simples busca pelo crescimento econômico e considerar a harmonia necessária com equilíbrio ambiental, e o “grande desafio” deve estar pautado no estímulo à crítica ecológica em todas as classes para as questões socioambientais e o reconhecimento da participação dos grupos sociais como protagonistas de alternativas reais de sustentabilidade.

A racionalidade econômica condicionou, ao longo dos últimos séculos, a degradação da natureza e humana nas diversas regiões do planeta. O que propõem os novos paradigmas científicos e sociais, a exemplo da racionalidade ambiental e do diálogo de saberes em Leff, e a soberania alimentar da Via Campesina, tem sido um importante caminho do pensamento/ação ambiental capaz de superar os descaminhos profundamente arraigados do colonialismo e do imperialismo e o legado epistemológico do eurocentrismo, que muitas vezes tem nos impedido de compreender o mundo através da nossa realidade própria. A crise ambiental é fruto da crise de racionalidade capitalista e a ecologia crítica também é um subsídio à desconstrução dessa racionalidade moderna insustentável, à descolonização do saber, que considera a criatividade e a diversidade cultural, às ações sociais globalizadas, aos saberes e direitos dos povos e comunidades tradicionais, em um processo emancipatório e em uma ética política da diferença.

O desenvolvimento sustentável remonta a uma série de contradições. Uma delas está no fato de que a possibilidade da sustentabilidade da vida, sem uma mudança estrutural radical (o acesso à terra, sobretudo), faz/fará com que os grupos menos favorecidos que praticam a conservação de seus ecossistemas locais, a partir de saberes-fazeres populares e cosmologias, das pautas de resistência contra a degradação imposta pelo capital, e utilizam os recursos naturais para o seu sustento e em outras racionalidades alternativas, não estarão na mesma posição que as outras classes sociais que não praticam essa construção de vertentes sustentáveis. Os ricos ainda poluem e

degradam com uma intensidade muito maior, incomparável. Dessa forma, não há que se falar em sustentabilidade dentro do capitalismo. É por isso, também, que a neutralidade na ecologia é uma postura de intelectuais covardes.

Frente à crise ambiental, a chamada racionalidade ambiental, por sua vez, sugere uma estratégia teórica que articula condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais “que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas” (LEFF, 2009, p. 282). A racionalidade ambiental assume a função de estabelecer novas formas de reinterpretação da natureza que confrontem os paradigmas da racionalidade econômica dominante, através do pensamento ou da ação ambiental baseados em processos políticos e sociais. A racionalidade ambiental é, portanto, a construção de uma nova ordem ecológica baseada em valores socioculturais entrelaçados em relações de poder, pela reapropriação social da natureza e pela autogestão dos processos produtivos (LEFF, 2015) que, por sua vez, confrontem a nova ordem governamental ambiental.

282

Surgem, então, os movimentos pela reapropriação social da natureza e pela reinvenção dos territórios que questionam a degradação ambiental sobre as camadas sociais marginalizadas e os ecossistemas locais, o racismo ambiental, os megaprojetos desenvolvimentistas e a participação política.

O processo de reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios se funda na contramão das questões que movem a crise ambiental (LEFF, 2006). Para Leff, os movimentos pela reapropriação social da natureza incorporam em suas pautas algumas dessas demandas:

- a) maior participação nos assuntos políticos e econômicos e na gestão dos recursos ambientais. b) inserção nos processos de democratização do poder político e de descentralização econômica. c) defesa de seus territórios, seus recursos e seu ambiente, além das formas tradicionais de luta pela terra, emprego e salário. d) elaboração de novos modos de produção, estilos de vida e padrões de consumo afastados dos modelos capitalistas e urbanos globais, transnacionais e estrangeiros. e) procura de novas formas de organização política, diferentes dos sistemas corporativos e institucionais de poder. f) organização em torno de valores

qualitativos (qualidade de vida), além dos benefícios derivados da oferta do mercado e do Estado benfeitor. g) crítica à racionalidade econômica fundada na lógica do mercado, na maximização do lucro e na eficiência tecnológica, e aos aparelhos de controle econômico e coerção política e ideológica do Estado (LEFF, 2006, p. 556-557).

Um novo léxico teórico-político está em curso na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2016; 2018), conduzindo a organicidade atual da matriz de pensamento e ação popular latino-americana como alternativa de enfrentamento à ofensiva neoliberal generalizada, posta agora em xeque em outros elementos, a partir da politização da questão ambiental, da assimilação e do enfrentamento teórico-político do discurso capitalista sustentável (LEFF, 2010). Discurso esse que procura cicatrizar a “fenda irreparável” nos ciclos metabólicos naturais, causada no âmbito da produção capitalista e sua rapinagem correspondente conforme a abordagem iniciada por Marx e, posteriormente, defendida de forma implacável por Foster ao causar uma reviravolta espetacular e afirmar a validade da teoria ecomarxista frente à tirania a que se propôs o pensamento positivista-funcionalista, por meio de uma supremacia dos modelos interpretativos baseados nos estudos de antropólogos e sociólogos ecológicos neofuncionalistas.

283

Como se vê, os movimentos por reapropriação social da natureza têm como característica o fato de que possuem pautas que vão de questões locais de resistência, organicidade política e reivindicação de direitos à articulação de pautas transnacionais – à Via Campesina, por exemplo (DESMARAIS, 2013). Isso pode ser visto desde as ações locais e concretas de resistências nas vertentes agroecológicas nos territórios do Movimento Sem-Terra à luta contra o neoextrativismo protagonizada por movimentos sociais na Amazônia, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Os movimentos sociais latino-americanos têm territorializado uma racionalidade ambiental baseada na construção dos caminhos da transição ecosocietária. Um novo léxico teórico-político de reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios

(PORTO-GONÇALVES, 2012) se mostra como movimento alternativo à rapinagem capitalista da natureza, na construção de bases de apropriação de forças produtivas, de reapropriação social dos territórios, dos recursos naturais e das bases de poder popular, para enfrentamento das questões que movem a crise ambiental.

3. Ecologia, feminismo e movimentos sociais: O MST

A construção histórica do MST foi feita por pouca participação feminina na ocupação de espaços de liderança, sobretudo no papel de militância comunitária nos assentamentos, que ainda são representados majoritariamente por figuras masculinas. As mulheres, por exemplo, participam das mobilizações, dos debates, dos espaços de formação, mas ainda continuam com pouca expressão naqueles espaços ainda dominados por homens. Apesar disso, a narrativa construída pelos movimentos feministas garante o estabelecimento de agendas pautadas nas reivindicações das interseccionalidades construídas pelos movimentos feministas pós-modernos, hoje introduzindo as múltiplas dimensões identitárias e os desafios das múltiplas e simultâneas opressões de gênero como debate urgente de construção de pautas feministas no seio do Movimento.

284

Marcando o que se pode chamar de “virada de gênero”, entre os dias 5 e 9 de março de 2020, em Brasília, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres sem-terra, do MST, com o tema “Mulheres em Luta: Semeando Resistência”. Com cerca de 3.500 mulheres, o encontro debateu sobre a ação do capital moderno-colonial patriarcal e o racismo na vida das mulheres. No ato político, as mulheres sem-terra também ocuparam o Ministério da Agricultura, denunciando a liberação de agrotóxicos e as constantes ofensivas que vêm sendo imputadas às comunidades camponesas diversas do campo, que acumulam dados alarmantes. Não há dúvidas de que o encontro é um horóscopo previsível que marcará a estruturação de um ecofeminismo camponês para o

fortalecimento do projeto de reforma agrária popular que abrange o caráter singular das lutas camponesas nos/pelos territórios e na/pela natureza.

O encontro também foi espaço de demonstração das formas simbólicas de resistência baseadas nas ciências espirituais. É o setor de terapeutas populares do MST que reúne curandeiras, benzedadeiras, raizeiras e terapeutas. Trata-se do resgate de práticas e conhecimentos populares e do cuidado com o outro. O espaço das “bruxas” e curandeiras da saúde popular, assim chamado pelas mulheres sem-terra, é também um manifesto que surge de um resgate ao passado sombrio marcado pela caça às “bruxas” durante a via de transição da Igreja cristã ocidental dos séculos XIV-XVI, tempo em que a Igreja católica protagonizou um longo histórico de perseguição e condenação à morte de mulheres, ações “justificadas” por meio do “Tribunal do Santo Ofício”, baseado na associação da mulher à figura de bruxa. Este resgate histórico é também um convite para reflexões em relação às novas formas de opressão religiosa e política, sobretudo no contexto de vida das mulheres do campo.

285

O MST, desde 1986, tem procurado caminhos para incorporar a participação política das mulheres na luta pela/na terra. O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, que ocorreu em 1996, trouxe a necessidade de pôr em debate a dominação histórica, múltipla, simultânea e opressiva de gênero na sociedade e na formação orgânica do Movimento. Desde então, um dos principais objetivos estratégicos do MST sobre gênero foi de massificar e qualificar a participação feminina na organicidade da luta pela/na terra. O Primeiro Encontro Nacional das Mulheres sem-terra do MST é resultado de um paradigma arraigado por mulheres que há décadas já desenvolvem uma luta pela terra, por território e por reapropriação social da natureza.

Além disso, o MST mostra uma mudança de postura em relação a um movimento hegemonicamente masculino e heterossexual, reconhecendo a contribuição das correntes feministas para a transformação da sociedade (**Fotografia 1**). Com frequência, a pluralidade das pautas dos coletivos LGBTQIA+ e das mulheres sem-terra tem marcado, de forma extraordinária, as lutas de gênero na construção da liberdade sexual, contra a

LGBTQIA+fobia e a violência contra as mulheres e a população LGBTQIA+ nos espaços orgânicos, nos assentamentos e acampamentos e, sobretudo, nos diversos espaços da sociedade hegemonicamente machista, homofóbica e misógina.

Fotografia 1 – Agroecologia política e mística no MST, Amazônia.



Fonte: Acervo do autor (2019) – XXIX Encontro Estadual do MST em Rondônia.

A questão de gênero no MST transcende as narrativas dos movimentos feministas, com o protagonismo na produção agroecológica dos assentamentos – que ainda não foi reconhecido nas pesquisas machistas e nos modelos interpretativos dominantes. A participação feminina e LGBTQIA+ nos espaços camponeses tem contribuído para as diversidades produtivas em diferentes regiões do Brasil (TAVARES; COSTA; FAGUNDES, 2016). Essa participação mostra a construção de relações de gênero e empoderamento político, econômico e cultural, mediada, não poucas vezes, por movimentos sociais ou em projetos de cooperação entre mulheres nos assentamentos e acampamentos.

Os quintais agroflorestais, por exemplo, são espaços de produção formados pelos cuidados de mulheres assentadas. Na Amazônia brasileira, apesar de pouco investigados,

os quintais agroflorestais são uma das formas mais comuns nas tradições que envolvem os usos múltiplos da terra por povos e comunidades diversos. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de baixo custo para a conservação da biodiversidade, os cultivos são voltados à produção de frutos, hortaliças e plantas medicinais para o uso somente das famílias locais, sendo que, em alguns casos, os excedentes dessa produção são comercializados, a exemplo do cacau, da banana, da laranja, do limão, da manga. Mas essa produção é destinada, sobretudo, à garantia da segurança alimentar das famílias adotantes e para a garantia de alimentos diversificados nos períodos secos e chuvosos. Nos territórios do MST, por exemplo, os quintais agroflorestais são organizados, de modo majoritário, por iniciativa das mulheres, como um espaço que exerce funções sociais, ecológicas, culturais e econômicas. Nesses espaços, é comum que as mulheres manuseiem seus quintais, os quais são também espaços de afeto com ervas medicinais, flores, plantas frutíferas, hortaliças e animais domésticos e exóticos que frequentam e desfrutam desses espaços.

287

Os quintais agroflorestais são áreas ao redor das residências compostas por diversas espécies botânicas de finalidades variadas, nos quais se mantém o cultivo de plantas medicinais, alimentícias e florísticas, incluindo as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), aliado à presença de animais domésticos e exóticos. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de reservatórios da biodiversidade local, restauração ecológica, equilíbrio ambiental e conservação de espécies e *pools* gênicos, além de se destacar na garantia de alimentos saudáveis, no armazenamento de sementes naturalmente selecionadas (as sementes crioulas em especial), contribuindo para a garantia, a segurança e a soberania alimentar de povos comunitários amazônicos (MATOS, *et al.*, 2020).

No cotidiano dos assentamentos, a renda concentrada sob a “autoridade” masculina é o principal fator que marca a desigualdade de gênero e tem afetado, sobretudo, as mulheres jovens. Os jovens, geralmente, para fugir da desigualdade da renda da terra, vendem sua força de trabalho a grandes e médios proprietários

aglutinados ao assentamento, ou migram, de forma temporária, para diversas regiões rurais próximas, à procura de trabalho. Já no caso das jovens, até mesmo a liberdade que possuem as figuras masculinas de saírem à procura de trabalho ou estudo fora do assentamento (há casos raríssimos e honrosos), muitas vezes é privada pela visão machista que predomina na maioria das famílias. Os cuidados com a casa, com os animais, com o terreiro, com as plantas e com a horta ficam atribuídos às mulheres; são elas que plantam as flores, as ervas medicinais, as frutíferas, as hortaliças, tratam das galinhas, dos cachorros e dos porcos, regam as plantas do terreiro, da varanda da casa e da horta, colhem frutos, ervas e temperos, diariamente.

A agroecologia se torna, assim, para as mulheres do MST, uma alternativa de enfrentamento ao machismo expresso no cotidiano dos assentamentos, revelando não apenas as contradições das lutas sociais, mas também a forma pela qual a sociedade capitalista está estruturada.

Considerações finais

Os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm assumido compromisso com as pautas de apropriação das bases do poder para reapropriar-se socialmente da natureza e de seus bens roubados nos processos históricos de acumulação primitiva do capital, e a *teoria marxista da ruptura metabólica* vem a ser um importante campo teórico-político de contribuição às lutas sociais atuais, em torno das riquezas naturais para os usos comuns. A indissociabilidade da teoria social e prática revolucionária, como bem lembrou Lenin em *Teoria e prática revolucionária*, se faz necessária também nas abordagens da ecologia marxista e nas pautas de lutas e resistências sociais, como a agroecologia enquanto resultado do paradigma da soberania alimentar da Via Campesina e prática de produção e reprodução social nos territórios do MST e de outros movimentos sociais/ecologistas da América Latina.

A acumulação primitiva e a ruptura metabólica do capital sobre a natureza levam as condições contemporâneas de superação do capitalismo e transformação social a um patamar para além das ações de mérito empírico como resultado da assimilação do processo unilateral da história. É por isso que o paradigma da revolução agroecológica faz parte de uma condição de metabolismo social com a natureza que só será concreto a partir da acumulação de forças produtivas pelos movimentos sociais do campo e da cidade que pautam a luta pela terra, por território e pela reforma agrária popular. Como escreve Silvia Federici, o desafio central das lutas sociais atuais é, entre outros, de “instaurar, no centro de nossa organização, a reapropriação coletiva da riqueza que já produzimos e a abolição das hierarquias e desigualdades sociais” (FEDERICI, 2022, p. 169). Para além dos sistemas financeiros, o capitalismo é uma tese cultural e civilizatória condenada ao colapso, mas que dispõe de todo o seu aparato ideológico necessário à disputa do imaginário humano nas grandes questões que movem a crise ambiental, e isso sugere um processo de abstração que amplia a ruptura metabólica. Isso também requer o desafio de inserir outras categorias marxistas – como o conceito de alienação – na crítica da degradação capitalista da natureza.

O que temos argumentado até aqui reforça a defesa de um pensamento libertário na ecologia crítica, que possa estabelecer um diálogo com as pautas de povos e comunidades diversos e assim orientar um caminho de práxis das lutas dos movimentos sociais contemporâneas por reapropriação social da natureza. A ecologia marxista nos convida a observar as relações dialéticas, a ver a síntese dos conflitos sociais em torno da natureza – como no choque de valoração do “*ecologismo dos pobres*” em Martínez-Alier – e a assimilar o recurso político-ideológico-narrativo de legitimação da violência nos territórios comunitários e da rapinagem da natureza; que soa como alternativa capitalista de resolução da crise ambiental e se encaminha cada vez mais para uma real possibilidade de colapso sistêmico diante da constituição das sociedades complexas, da falência dos sistemas políticos baseados no conforto das burguesias regionais, nacionais e imperiais, e de fracasso das democracias (burguesas) supostamente consolidadas, o que remonta

a abordagens teórico-político, metodológica e filosófica da relação sociedade, capital e natureza que se assentam no próprio materialismo histórico-dialético. E, quando alguém rotular sobre pseudoincompatibilidades entre ciências naturais e ciências sociais, nós, marxistas ecológicos, argumentaremos que o próprio Marx está conosco.

Agradecimentos

Aos movimentos de luta e reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – POSGEO/UFF.

290

Referências

- ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. A acumulação primitiva continuada. **Mnemosine**, v.16 nº2, pp. 413-445, 2020.
- BONEFELD, Werner. La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social”. **Theomai**, 2ª semestre, nº 26, pp. 1-13, 2012.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Carlos, SP: BCo/UFSCar, 1995. [1962].
- COLLECTIVE, Midnight Notes. Los nuevos cercamientos. **Theomai**, 2ª semestre, nº 26, pp. 1-15, 2012.
- COMPOSTO, Claudia. Acumulación por despojo y neoextractivismo en América Latina. una reflexión crítica acerca del estado y los movimientos socio-ambientales en el nuevo siglo. **Astrolabio, Nueva Época**, 2ª semestre, nº 8, pp. 323-352, 2012.
- DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

- DE ANGELIS, Massimo. Marx y la acumulación primitiva El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas. **Theomai**, 2ª semestre, nº26, pp. 1-20, 2012.
- EGGER, Daniela da Silva et al. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, 1ª semestre, nº 57, pp. 16-54, 2021.
- FEDERICI, Silvia. Os comuns contra o capitalismo e além dele. In: **Reencantando o Mundo: Feminismo e a Política dos Comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, nº 3, pp. 559-571, 2018.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Rev. Direito e Práxis**, v. 8, nº 2, pp. 1028-1082, 2017.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel Gonzales. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- GRIGERA, Juan; ÁLVAREZ, Laura. Extractivismo y acumulación por desposesión: Un análisis de las explicaciones sobre agronegocios, megaminería y territorio en la Argentina de la posconvertibilidad. **Theomai**, 1ª semestre, nº27-28, pp. 80-97, 2013.
- LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie**, 2ª semestre, nº 14, pp.1-10, 2012.
- KOHLER, Florence; NEGRÃO, Marcelo Pires. The homeopathy/agroecology nexus: a discourse centered analysis in a Brazilian agrarian settlement. **Dialectical Anthropology**, v. 42, nº 3, pp. 1-15, 2018.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

- LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **sociologia&antropologia**, v.4, nº 1, pp. 21-53, 2014.
- LUEDY Laura; VAN DER LAAN, Murillo. Marxismo e Ecologia: Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo social antiecológico? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia-mundo. **Crítica Marxista**, nº 50, pp.151-170, 2020.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v.1-3 – 2 ed. – São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. 2 Volumes. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MATOS, Lucas Ramos de. Extrema derecha, pandemia y la invasión de los territorios comunitarios en la Amazonía brasileña. **Ecología Política**, Diciembre, nº 62, 75-81, 2021.
- MATOS, Lucas Ramos de. A Amazônia na virada global da extrema direita. **Ciência Geográfica**. Bauru, nº XXV, Vol. XXV - (2): Janeiro/Dezembro, p. 814-833, 2021.
- MATOS, Lucas Ramos de. et al,. Ecologia humana no MST: os saberes-fazeres em forma de resistência em um assentamento agrário na Amazônia Brasileira. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 1, p. 91-125, 2020.
- MIRES, Fernando. **O discurso da natureza**: ecologia e política na América Latina. Florianópolis: Ed. UFSC; Bernúncia Editora, 2012.
- MOORE, Jason W. El auge de la ecología-mundo capitalista: Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. **Laberinto**, nº 38, pp. 9-26, 2013.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1982.
- NAVARRO, Mina Lorena; MACHADO Aráoz, Horacio. **La trama de la vida en los umbrales del Capitaloceno**: El pensamiento de Jason W. Moore. México: Bajo Tierra A.C., 2020.
- PERELMAN, Michael. La historia secreta de la acumulación primitiva y la economía política clásica. **Theomai**, 2ª semestre, nº26, pp. 1-20, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v. 9, nº 1, pp. 16-50, 2012.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Lucha por la Tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Revista Latinoamericana**, v. 15, nº 45, pp. 291-316, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista Territorium**, v. 22, nº 2, pp. 103-132, 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs). **Corpos e cenários urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.
- SOUZA, William Kennedy do Amaral; TIRIBA Lia. Nexos entre economia e cultura: contribuições do materialismo histórico e da antropologia marxista. **Trabalho Necessário**, v. 15, nº 28, pp. 24-43, 2017.
- TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- TAGLIAVINI, Damiano; SABBATELLA, Ignacio. La expansión capitalista sobre la Tierra em todas las direcciones Aportes del Marxismo Ecológico. **Theomai**, 2ª semestre, nº 26, pp. 1-20, 2012.

Lucas Ramos de Matos é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É membro do grupo de pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e do Núcleo de estudos sobre Territórios, Ações coletivas e Justiça (NETAJ/UFF). **E-mail:** lucasmatos.geouff@gmail.com

Artigo enviado em 17/04/2023 e aprovado em 25/05/2023.